



## Engenheiros lutam pelo piso salarial

Em reunião, sindicato e federação exigem que Eletrobras respeite o Salário Mínimo Profissional.

Pág. 11

## PL prevê o fim do Fator Previdenciário

Projeto de Lei do senador Paulo Paim pede a extinção do “reduzidor” da aposentadoria.

Pág. 9

## Acompanhamento das negociações

Ligth e Cedae fecharam os acordos coletivos. Confira o andamento e a mobilização nas empresas.

Pág. 10



Adriana Medeiros

Trens e carros abandonados, mato e escola de circo ocupam área que deveria ser usada para o transporte ferroviário

## Retrato do descaso com os transportes

SuperVia faz uso indevido da estação Barão de Mauá. A área pública deveria ser destinada ao transporte de passageiros.

Págs. 6 e 7

GREVE

# 27 mil eletricitários nas ruas

Paralisação durou cerca de duas semanas. Durante este período, foram realizados diversos protestos pelo Brasil.

Pág. 3

# Rompimento do ACT nacional

O recente acordo nacional da categoria elétrica foi unilateralmente rompido, por parte da Eletrobras e suas controladas. Como sabemos, a categoria dos eletricitários brasileiros conseguiu a duras penas fechar um acordo com o grupo Eletrobras, após 12 dias de greve por tempo indeterminado. Sua interrupção só ocorreu após o grupo propor 1,5% de ganho real. Além de indenizar a “perda de massa” na forma de quatro tíquetes alimentação. Esta foi uma tarefa muito difícil para as lideranças da categoria.

O acordo só foi possível porque o grupo Eletrobras concordou que os dias parados somente seriam objeto de discussão 60 dias após o fechamento do ACT, deixando implícito que este não seria descontado.

Qual não foi a surpresa de todos quando o grupo Eletrobras distribuiu um comunicado dizendo que a partir do dia 3 de setembro teria início a compensação dos dias parados. Esta é uma clara declaração de guerra e, mais uma vez, os ânimos voltaram a ficar acirrados.

Provavelmente, o que aconteceu foi uma pressão do governo federal em cima das empresas para descontar os dias parados. A questão é que esta atitude do grupo abre um precedente de resultados imprevisíveis. Isso porque desqualifica o processo negocial e, principalmente, reduz a representação das empresas a uma mera figura de retórica e uma letra morta.

Os sindicatos procuraram o diretor administrativo da empresa e um novo calendário de compensação está sendo negociado com as entidades sindicais. As cenas dos próximos capítulos prometem novos embates.

# Um balanço da greve dos eletricitários

AGAMENON RODRIGUES E. OLIVEIRA\*

A greve dos trabalhadores do setor elétrico, por tempo indeterminado, no mês de agosto, além de fato significativo na conjuntura nacional, deve ser analisada com cuidado, pois é rica em ensinamentos. Em primeiro lugar, foi uma greve por tempo indeterminado no setor que somente tinha acontecido em 1990, em plena era de ascensão de Collor e das forças mais retrógradas do país. É voz corrente no setor elétrico, inclusive entre muitas lideranças, que a greve de 90 foi um fracasso, etc. Discordamos completamente desta visão utilitarista e pragmática daquele movimento. Os trabalhadores não tinham alternativa e a greve foi uma importante sinalização do movimento sindical de que estavam dispostos a criar uma oposição no campo político às perspectivas de demissões, privatizações, mesmo que elas vissem travestidas com nomes como “reforma administrativa”, “enxugamento do estado”, etc. Como depois veio a se configurar no chamado vocabulário neoliberal.

A greve atual quebra outros paradigmas. Um deles é fazer uma greve por tempo indeterminado contra um governo herdeiro do governo Lula, portanto com laços reais, ou imaginários com movimento sindical. Neste sentido devemos dar um solene “adeus às ilusões”. Os trabalhadores estão tomando consciência de que somente devem confiar em suas próprias forças e qualquer governo, mesmo o mais progressista, no regime capitalista, foi lá colocado para atender a

outros compromissos e outros interesses. No atual sistema e na conjuntura atual dominada pelo poder do dinheiro, em que as empresas públicas passam cada vez mais a assumir uma postura auxiliar do capital para aumentar as taxas de retorno dos empresários do setor, os trabalhadores estão submetidos a condições mais e mais escorchantes e difíceis.

Outra “verdade” que foi desmentida pelos fatos é que os empregados mais novos, os recém-ingressos nas empresas, seriam avessos à política e não participariam das ações coletivas pelas suas características individualistas etc. Isto tem de ser devidamente reavaliado, pois quem mais se opôs a saída do movimento da greve foram os quadros mais jovens que veem nas empresas poucas chances de construir uma carreira profissional valorizada e decente. O exemplo dado pelas atuais direções

de privilegiarem seus apaniguados e promoverem de vez em quando os chamados “trens da alegria”, tem sido um péssimo caminho a ser seguido.

Finalmente, é necessário que as direções sindicais entendam todas essas lições tiradas da realidade política da greve no setor para os futuros enfrentamentos. A sorte do movimento depende, fundamentalmente, deste aprendizado, da sua correta assimilação e da capacidade de transformar em prática esses ensinamentos.

\*Agamenon Rodrigues E. Oliveira é diretor do Senge-RJ

**Os trabalhadores  
estão tomando  
consciência que  
somente devem  
confiar em suas  
próprias forças**



**Senge-RJ**

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277, 17º - andar Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)

Correio eletrônico: [sengerj@sengerj.org.br](mailto:sengerj@sengerj.org.br)

[imprensa@sengerj.org.br](mailto:imprensa@sengerj.org.br)

#### PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

#### DIRETORIA

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

#### CONSELHO EDITORIAL

Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

#### CONSELHO FISCAL

Titulares: Nei Rodrigues Bezerra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

#### JORNAL DO ENGENHEIRO

**Editora e jornalista responsável:**

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

**Estagiária:** Marcelle Pacheco

**Diagramação:** Leonardo Santos

**Revisora:** Beatriz Fontes

**E-mail:** [imprensa@sengerj.org.br](mailto:imprensa@sengerj.org.br)

**Tiragem:** 6.000 exemplares

**Periodicidade:** Mensal

**Impressão:** Folha Dirigida



# Eletricitários realizam greve

Paralisação teve adesão de 27,5 mil eletricitários do país e durou quase duas semanas

Insatisfeitos com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2012/2013, trabalhadores do setor elétrico em todo o Brasil recusaram a proposta da Eletrobras S.A., apresentada em maio. Nesses dois meses, os eletricitários realizaram assembleias, paralisações e passeatas. Os 27,5 mil funcionários de 14 empresas do sistema Eletrobras ficaram em greve por quase duas semanas. A greve iniciou no dia 16 de julho.

“O mais importante desta campanha salarial foi a mobilização da categoria”, afirmou o diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Gunter Algelkorte.

Depois de quatro rodadas de negociação, a empresa apresentou uma nova proposta no dia 25 de julho, em reunião com os sindicatos.

## PROPOSTA APROVADA

A proposta previa um aumento de 1,5% de ganho real, mais 5,1% referentes à inflação e mais um abono de quatro cartelas de tíquete-refeição, corrigido pelo índice de inflação. Os sindicatos defendiam um reajuste de 3,5% de ganho real.

Cerca de 600 eletricitários se reuniram um dia depois da apresentação da nova proposta, em frente à sede da Eletrobras na avenida Presidente Vargas. Segundo Gunter de Moura Angelkorte, diretor do Senge-RJ, o acordo foi apro-

vado por ampla maioria. “Não foi o que esperávamos, mas também não ficou ruim”, afirmou Gunter.

Além disso, a também diretora do Senge-RJ Maria Virgínia Brandão explicou que, caso os trabalhadores não aceitassem o acordo, corriam o risco de a empresa entrar em dissídio, o que significaria entregar o processo de negociação para ser decidido pela Justiça do Trabalho.

Com a proposta aprovada, os trabalhadores voltaram a trabalhar no dia 27.

## QUESTIONAMENTO À GESTÃO

Durante a assembleia, Gunter afirmou que a Eletrobras quer que as empresas públicas de energia tenham uma gestão semelhante à das empresas privadas, que não respeitam normas de segurança e apresentam índices de acidentes de trabalho alarmantes. Além disso, para Gunter, os trabalhadores devem discutir “o modelo adotado pelo setor elétrico.”

Em boletim, a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) afirmou que o governo “prefere virar as costas aos trabalhadores de um setor fundamental, não somente para o desenvolvimento econômico como também para a soberania do Brasil.”



Fotos: Claudionor Santana

Acima, eletricitários seguem pela avenida Rio Branco. Ao lado, manifestantes reunidos na Cinelândia



Trabalhadores na frente da Eletrobras



Eletricitários aprovam o fim da greve

## Manifestações nas empresas

Durante o período da greve, os eletricitários também realizaram diversos protestos em frente às sedes das quatro empresas localizadas no Rio de Janeiro: Furnas, Cepel, Eletrobras e Eletronuclear.

No dia 17, o ato aconteceu na sede de Furnas, em Botafogo, e durou cerca de duas horas. Durante o protesto, Agamenon Oliveira, diretor do Senge-RJ, criticou a presidenta Dilma Rousseff. Ele afirmou que a presidenta “está atendendo apenas aos interesses dos especuladores do setor de energia que querem assaltar o setor elétrico”. Agamenon enfatizou que “é preciso mostrar nossa indignação com o governo federal”.

O ato na Eletrobras aconteceu no dia seguinte (18). Após o protesto em frente à empresa, na avenida Presidente Vargas, os eletricitários realizaram uma passeata pela avenida Rio Branco. Miguel Colassuonno, diretor administrativo da Eletrobras, e Maurício Joppert, relações sindicais da empresa, saíram do prédio durante o ato e foram vaiados pelos manifestantes.

No dia 19, o protesto aconteceu em frente à Eletronuclear. Trabalhadores de todas as empresas do grupo participaram. Os diretores do Senge-RJ Miguel Sampaio, Agamenon Oliveira e Maria Virgínia Brandão também estiveram presentes.

## Ministério entra na negociação

Representantes sindicais se reuniram, na manhã do dia 19 de julho, com o assessor da Secretaria da Presidência da República, José Feijó.

Segundo Gunter, José Feijó afirmou que iria conversar com os ministros de Minas e Energia e do Planejamento e com a Eletrobras para “reabrir o canal de negociação”. Segundo ele, essa negociação deveria ser solucionada por meio do diálogo.

No dia 18, houve uma reunião com Edison Lobão, em que ele demonstrou preocupação com a greve e chamou os presidentes das empresas do grupo Eletrobras S/A para uma reunião. Além disso, designou três assessores para acompanhar as negociações. Após a reunião com os assessores de Edison Lobão, a Eletrobras S.A. desistiu de entrar com dissídio.



# Eletrobras apresenta o PMSO

No estudo, apresentado durante negociação coletiva, a empresa insinua que terá de reduzir o quadro de funcionários

**D**urante a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2012/2013, os eletricitários foram surpreendidos com o PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros). Trata-se de um estudo feito pela Eletrobras para analisar como diminuir as tarifas de energia elétrica.

O estudo foi apresentado pela empresa durante uma das reuniões da negociação coletiva e chocou muitos trabalhadores.

## GASTO COM PESSOAL

No entanto, o que foi apresentado é que o gasto com pessoal (o “P” da sigla) representa 22% de todo o gasto da Eletrobras. Segundo a empresa, é este o “item” que faz as tarifas serem tão altas. Sendo assim, a empresa diminuiria os gastos a partir deste ponto.

“Como se só os empregados custassem na energia”, critica Maria Virgínia Brandão, diretora do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ).

No estudo, a Eletrobras comparou

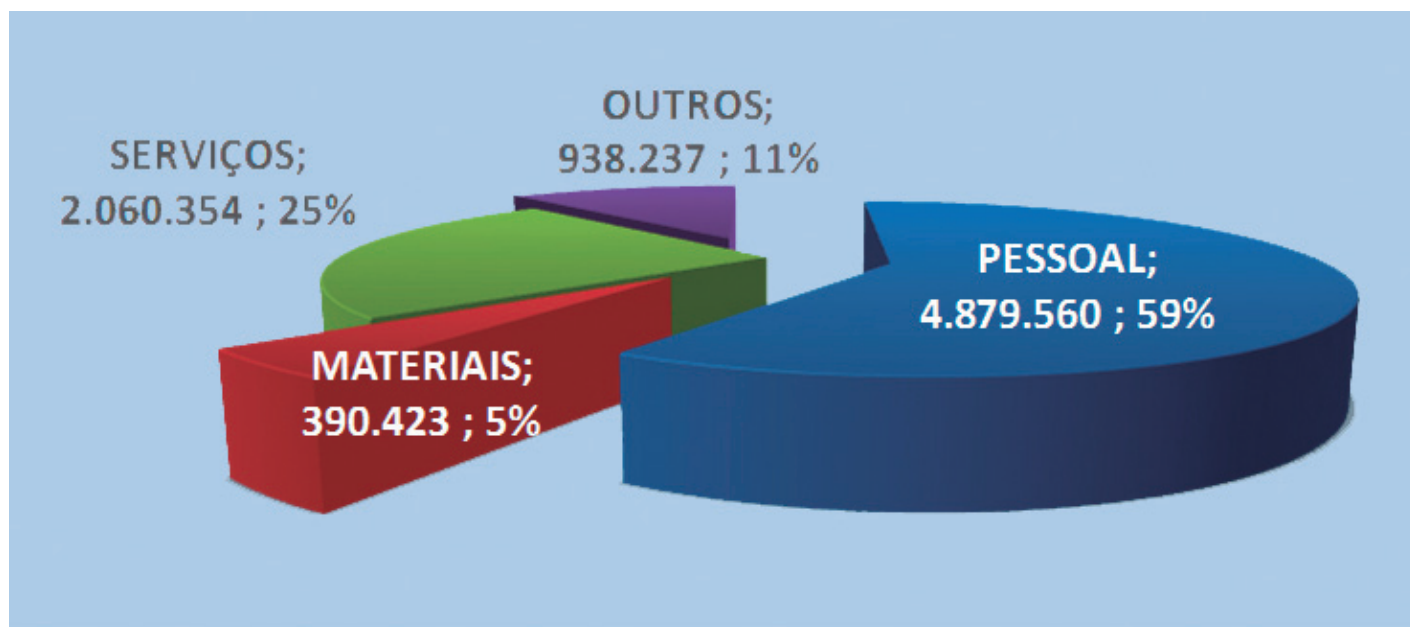


Gráfico apresentado pela Eletrobras durante uma das reuniões da negociação coletiva

as empresas públicas com as empresas privadas e analisou a quantidade de funcionários concursados e terceirizados em cada uma delas. Miguel Sampaio, diretor do Senge-RJ, acredita

que essa comparação não é possível.

“A empresa privada visa o lucro, e a pública visa promover o desenvolvimento social. As públicas terão menos lucro porque oferecem serviços em

lugares que as privadas não vão, como as cidades pequenas”, explica Miguel. “Ali a empresa não vai ter tanto lucro, mas essa é a função da nossa empresa: chegar nesses lugares.”

# construir

RIO 2012 FEIRA INTERNACIONAL DA CONSTRUÇÃO

7-10 NOVEMBRO RIOCENTRO

VENHA  
CONSTRUIR  
O SEU  
FUTURO

- Excelentes oportunidades para fazer negócios e parcerias
- Presença de empresas nacionais e internacionais
- Grandes lançamentos do mercado
- Workshops, palestras e centenas de expositores
- Muitas novidades da Construção Civil em um só lugar

*Quem constrói se encontra aqui.*

[www.feiraconstruir.com.br/rj](http://www.feiraconstruir.com.br/rj)

feiraconstruir@fagga.com.br  
INFORMAÇÕES: Fagga | GL exhibitions  
Tel.: (21) 3035-3100

APOIO:  
SINDUSCON-RIO

PARCERIA:  
KING OURO

PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO:  
Fagga | exhibitions





# T'Trans vence licitação para a construção de novos bondes

A empresa foi responsável pela modernização e manutenção dos bondes que levaram a uma série de acidentes

**A**T'Trans Sistemas de Transportes S.A. ganhou a licitação para a construção de 14 novos bondes que deverão circular no bairro de Santa Teresa. A empresa presta serviço para o MetrôRio e a SuperVia

A abertura dos envelopes do processo de licitação ocorreu no início de julho. Contudo, o contrato ainda não foi assinado. Estão em análise os recursos e documentações das empresas que participaram da concorrência pública.

## IRREGULARIDADES

Apesar de o governo do estado avaliar que a T'Trans atende aos pré-requisitos do edital, o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) lembra que a empresa tem um histórico de irregularidades, vistas em reformas e na manutenção dos bondes de Santa Teresa.

Jorge Saraiva, diretor do Senge, acredita que o governo do estado está cometendo o mesmo erro de quando realizou a "restauração" do sistema de bondes do bairro.

Em 2005, a T'Trans já havia as-

sinado outro acordo com a Central Logística, do governo do estado, para restauração de 14 bondes — o mesmo número que agora será fabricado pela empresa. No entanto, só entregou sete. Os veículos foram retirados de operação e proibidos de circular por falta de segurança.

Em 2009, uma professora morreu em um acidente com um bonde recém reformado. A empresa também foi contratada pela Central Logística, do governo do estado, para manutenção de bondes em 2011.

## DENÚNCIAS

O Sindicato dos Engenheiros vem denunciando a falta de um projeto básico adequado para esse processo de licitação. O artigo 7º da Lei 8.666/93, define que, para um complexo de obras e serviços serem executados, é fundamental a apresentação de um projeto básico ou a contratação de uma empresa, mediante licitação, para desenvolvê-lo de modo que suas características básicas e o desempenho desejado estejam adequadamente definidos.



## Recuperação do Belvedere

Senge- RJ participa da mobilização pela abertura do monumento, localizado na estrada da Rio Petrópolis

Um movimento artístico foi realizado no dia 1º de setembro em prol da revitalização do Belvedere do Grinfo, mirante na pista de descida da BR-040. O local sofre com o abandono há 30 anos.

Aderiram à campanha cerca de 80 entidades. Dentre elas estão o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), a Associação Petropolitana de Engenheiros e Arquitetos (Apea), o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

(Crea-RJ) e o Clube de Engenharia.

Na década de 1960, ele transformou-se em parada obrigatória a todos que por passavam pela estrada Rio Petrópolis. Hoje, ele está sob a responsabilidade da empresa Conser, concessionária da estrada Rio Petrópolis, desde 1996.

Belvedere é um termo de origem italiana que se refere a qualquer tipo de estrutura ou monumento, cuja localização, permite às pessoas usufruir a vista.



Belvedere localizado na estrada Rio-Petrópolis



## PATRIMÔNIO ABANDONADO

# Estação Barão de Mauá é o retrato do descaso com o transporte público

Fechada desde 2004, a estação tem um histórico de abandono do estado e da concessionária. O terreno, hoje, não é usado para transporte de passageiros como determina o contrato de concessão

**T**ombada pelo Patrimônio Histórico Nacional, a estação Barão de Mauá, na Leopoldina, está no centro de uma disputa judicial.

Depois de passar pelas mãos do estado, da Flumitrens e da Supervia ao longo de seus mais de 80 anos de história, a questão que permanece ainda é a mesma: quem é o responsável pela estação?

A Associação de Engenheiros Ferroviários (Aenfer), o Instituto Interdisciplinar Rio Carioca e o Instituto Uniarte entraram, em junho, com uma ação civil pública no Ministério Público Federal contra o governo do estado, a Supervia, a agência reguladora de transportes (Agetransp), a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Inventariança da extinta RFFSA.

A ação é contra a “cessão ilegal para terceiros, utilização para fins indevidos, desídia, omissão e compactuação na guarda, proteção, manutenção e conservação da estação Barão de Mauá.”

## INTERESSES PRIVADOS

A Aenfer também questiona o fato da cessão gratuita do terreno público

para uma empresa privada, afirmando que “tal decisão do governo do estado” favorece “um grupo empresarial em detrimento do Poder Público e do povo, legítimo proprietário dos bens...”

“Como os imóveis, cedidos gratuitamente pelo governo do estado à concessionária SuperVia, não se destinam à operação ferroviária, pode-se concluir que eles serão utilizados pela concessionária para a exploração imobiliária e comercial, como ocorre com a locação da gare para eventos”, diz Victo José Ferreira, presidente do Movimento de Preservação Ferroviária.

Procurada pelo Jornal do Engenheiro, a SuperVia afirmou que o local não será usado para transporte de passageiros. Este ano, a estação Barão de Mauá será palco, pelo terceiro ano consecutivo, do festival Back2Black e já recebeu o evento de quadrinhos Comicon.

## USO INDEVIDO

As organizações acusam a SuperVia de explorar comercialmente o imóvel de forma indevida, por não dar ao bem público destinação adequada, “extrapolando o uso do bem para atividade diversa do objeto de concessão, mediante locações para eventos”.

Fotos: Adriana Medeiros



Trens abandonados em meio ao mato alto na estação Barão de Mauá, antiga Leopoldina

1998

SuperVia ganhou a concessão para a operação do sistema de trens por um período de 25 anos.

2004

A SuperVia deixou de usar a estação Barão de Mauá e transferiu o terminal para a Central. A concessionária alegou que o custo de manutenção era muito alto.

2007

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (Agetransp) determinou a devolução da estação para o governo do estado.

2010

Odebrecht Transportes da SuperVia, com outros 40% são de... No mesmo período, Cabral assinou a renovação mais 25 anos, até 2048.

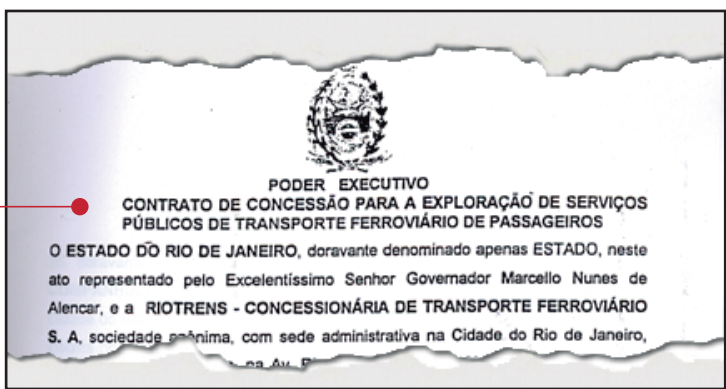




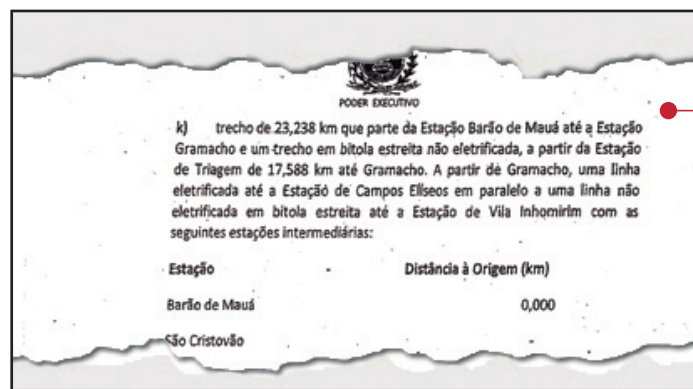
A escola de circo ocupa a área e divide espaço com trens antigos



Terreno da estação Barão de Mauá visto do alto do prédio



Contrato de concessão para exploração de transporte de passageiros



A estação Barão de Mauá volta a aparecer no Oitavo Aditivo, em 2010

A atividade é considerada ilegal, já que no contrato firmado entre a SuperVia e o governo do estado consta que a concessão é destinada “para exploração de serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros”.

### TREM-BALA

O Ministério Público estadual (MP) está investigando, desde setembro do ano passado, se houve favorecimento à empresa Odebrecht por parte do governo Sérgio Cabral, ao conceder exploração da área, onde será construído um terminal do trem-bala brasileiro. A representação, encaminhada à 7ª Promotoria, é da deputada estadual Janira Rocha (PSOL).

A Odebrecht Transport S.A. tem o controle de 60% das ações da SuperVia.

Procurado pelo JE, o MP informou que a denúncia está sendo investigada pelo promotor Rogério Alves Pacheco e

que não há previsão para uma resposta.

A deputada se baseou em uma denúncia publicada pela Folha de São Paulo, em 3 de setembro de 2011. A matéria, escrita por Dimmi Amora, tem como título “Odebrecht ganha a área do terminal do trem-bala”. A concessão vai até 2048 e a área tem quase 200 mil metros quadrado. Segundo a matéria, o projeto está orçado em quase R\$ 35 bilhões e é considerado a maior obra pública em gestão no país.

Ainda segundo a matéria, “o metro quadrado de um terreno simples na região pode passar dos R\$ 2.000, o que faria o terreno ser estimado em cerca de R\$ 400 milhões. A região fica entre três áreas que estão recebendo muitos investimentos e tendem a crescer ao longo dos próximos anos por causa da Copa do Mundo e das Olimpíadas: o Porto Maravilha, a Cidade Nova e o Maracanã.

### CONCESSÃO PARA QUÊ?

Segundo o contrato assinado em novembro de 1998, entre a SuperVia e o governo do estado, a concessão é “para exploração de serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros”, ou seja, a região de Barão de Mauá só poderia ser usada para o transporte de passageiros.

Na Cláusula Primeira deste mesmo contrato, a estação Barão de Mauá é colocada como estação terminal do ramal Saracuruna. Porém, em 2004, a SuperVia deixou de usar a estação Barão de Mauá porque o terminal do ramal Saracuruna foi transferido para a estação Central do Brasil.

Por isso, no dia 29 de agosto de 2007, através de uma deliberação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (Agetransp),

determinou a “realização de inventário das áreas do complexo Barão de Mauá, oficina de Alfredo Maia e Francisco Sá – declara os bens da estação Barão de Mauá e oficina Alfredo Maia não necessários à operação do sistema e determina as suas devoluções ao poder concedente”, devolvendo, assim, a estação para o governo do estado.

### OITAVO TERMO ADITIVO

No entanto, em 2010, no Oitavo Aditivo do contrato de concessão, a estação Barão de Mauá foi devolvida para a SuperVia pelo estado, reaparecendo como estação terminal do ramal Saracuruna.

O diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) Jorge Saraiva questiona o reaparecimento da estação no documento. Ele lembra que “a essa altura a empresa já havia retirado os cabos, linhas elétricas e equipamentos da estação na Leopoldina e o ramal Saracuruna continua terminando na estação Central do Brasil.”

Hoje o prédio é ocupado pelo Serviço Social das Estradas de Ferro – SESEF e pela Central, com um pequeno contingente administrativo, no segundo andar, e seu Centro de Documentação, em parte do anexo. Lá ainda está sediado um pequeno grupo da Polícia Ferroviária Federal, que toma conta desse patrimônio.

O local, que deveria ser destinado para melhorias no transporte público, hoje abriga a Escola Nacional de Circo, galpões da Secretaria Estadual de Defesa Civil e depósito de carros rebocados, “é o retrato de um patrimônio histórico abandonado e degradado”, afirma Jorge Saraiva.

“O Estado, através da secretaria de transportes, é inclemente com seus funcionários. Os ferroviários são demitidos sob pretexto de economia, quando muitos não ganham nem salário mínimo. Além disso, é negligente na fiscalização do serviço de transporte, mas é de uma bondade duvidosa e ilegal com uma empreiteira de situação financeira sólida”, critica.

Port assumiu o controle de 60% das ações. Os fundos internacionais. O governador Sérgio Cabral anunciou a concessão por

2010

No Oitavo Aditivo do contrato de concessão, a estação Barão de Mauá foi devolvida para a SuperVia pelo estado. No documento, a estação volta a aparecer como terminal do ramal Saracuruna.

2011

O MP inicia uma investigação para saber se houve favorecimento a empresa Odebrecht Transport por parte do governo Sérgio Cabral, ao conceder exploração da área, onde será construído um terminal do trem-bala brasileiro.

2012

Diversas organizações ligadas a ferrovia, entre elas a Aenfer, entram com uma ação civil pública contra o uso indevido da estação Barão de Mauá.



# Juros, rentismo e as mudanças na caderneta de poupança

O processo de globalização financeira verificado nas últimas décadas teve como resultado uma enorme transferência de renda na sociedade, especialmente dos mais pobres, para uma parcela minoritária da população, detentora da riqueza financeira. No Brasil, essa lógica, apoiada nas elevadas taxas básicas de juros (Selic) e numa taxa de câmbio valorizada, gerou um ambiente caracterizado pelos baixos níveis de investimento e crescimento econômico e pela concentração da renda.

A título de exemplo, somente em 2011, o Governo Federal gastou R\$ 169,9 bilhões com o pagamento de juros da dívida interna<sup>2</sup>. Essa quantia corresponde a mais de duas vezes o valor gasto na área da saúde e de três vezes o gasto em educação. A estratégia adotada pelo Governo para fazer frente às despesas com juros tem sido, por um lado, a ampliação das receitas com a arrecadação de tributos e, por outro, comprimir gastos públicos não financeiros, tais como aqueles com educação, saúde, reforma agrária e investimentos em infraestrutura. Nesses termos os mais pobres são duplamente atingidos.

A manutenção desta lógica rentista foi encoberta, de certa forma, pela aceleração do crescimento econômico com alguma distribuição de renda, observado na segunda metade dos anos 2000. Contudo, a crise financeira internacional revelou mais uma vez o caráter especulativo dos mercados financeiros, reafirmando a necessidade de se enfrentar o desafio de ampliar ainda mais o mercado consumidor interno brasileiro, bem como estimular os níveis de investimento, para garantir o crescimento sustentado da economia.

Nesse sentido, o enfrentamento do gargalo da escassez de crédito, sobretudo de longo prazo, e do elevado custo do dinheiro no país, têm sido crucial e vem motivando o governo a adotar uma série de medidas nessa direção. As sucessivas reduções da Selic promovidas desde meados de 2011; a mudança no perfil da dívida pública, com a redução do peso dos títulos com rendimento atrelado à Selic; a crítica às elevadas taxas de juros cobradas pelos bancos sobre empréstimos; e a recente redução dessas taxas cobradas pelos bancos públicos estão sendo consideradas, pelo governo, como o início

de 0,5% ao mês, ou 6,17%<sup>3</sup> ao ano, mais a variação da Taxa Referencial (TR). Para os novos depósitos (realizados a partir de quatro de maio) e para novas Cadernetas, a Selic passa a ser a referência de cálculo: (1) se a Selic situar-se acima de 8,5% ao ano, os rendimentos da poupança serão calculados como na regra antiga, ou seja, 0,5% ao mês + TR (ou 6,17% a.a. + TR); (2) se a Selic for igual ou menor que 8,5% a.a., os rendimentos da Caderneta de Poupança serão equivalentes a 70% da Selic + TR.

O objetivo principal da nova medida é fazer com que a remuneração das aplicações atreladas à taxa básica

um impacto positivo sobre a taxa de câmbio, no sentido de torná-la mais competitiva, favorecendo os investimentos e a produção, particularmente no setor industrial. Quanto à dívida pública, é importante salientar que, com a queda da taxa Selic, há uma redução no custo de rolagem, o que pode liberar recursos significativos para serem utilizados em outras áreas da ação governamental, tais como saúde, educação e infraestrutura, seja através de gastos correntes, seja através de novos investimentos.

Por fim, a aposta do governo é que as mudanças adotadas na Caderneta de Poupança abram caminho para a continuidade da redução da taxa Selic e das demais taxas de juros praticadas na economia brasileira. E, ainda, que os efeitos positivos futuros do novo cenário sejam mais relevantes do que a diminuição da remuneração imposta aos aplicadores em Cadernetas de Poupança. Para tanto, é necessário que o Conselho de Política Monetária do Banco Central (Copom) prossiga reduzindo a taxa Selic para patamares próximos aos praticados nas economias desenvolvidas.

## A aposta do governo é que as mudanças adotadas na Caderneta de Poupança abram caminho para a continuidade da redução da taxa Selic

de transformações mais profundas nas bases de financiamento da nossa economia, visando o barateamento dos investimentos e a busca de um novo patamar da taxa de câmbio que estimule a produção doméstica.

A modificação das regras de remuneração da Caderneta de Poupança deve ser considerada como parte desta estratégia. Com a nova regra, as condições tributárias e a finalidade dos recursos não se alteraram, porém foram criadas duas formas de cálculo para se apurar a remuneração do saldo das Cadernetas a partir de quatro de maio de 2012. Em síntese, para as Cadernetas antigas, com saldos em três de maio de 2012, não há qualquer mudança para a remuneração dos depósitos efetuados até aquela data – a remuneração continuará sendo

de juros seja superior à da poupança. Isso se tornou necessário para que o governo garantisse, mesmo com a queda da taxa básica, que o rendimento dos títulos da dívida pública (remunerados pela Selic e com prazos de resgate mais longos) se mantivesse superior ao da Caderneta de Poupança. Caso contrário, poderia haver uma migração dos aplicadores para a Poupança, criando dificuldades para o (re) financiamento da dívida pública.

Portanto, as mudanças no mecanismo de remuneração das Cadernetas buscam retirar um dos empecilhos à redução dos juros básicos para patamares inferiores a 8,5%, ao ano, permitindo uma aproximação gradativa aos patamares praticados em nível internacional. Além do mais, a redução da taxa de juros deve gerar

<sup>1</sup> O presente texto consiste em um resumo, com adaptações e fragmentos, de Juros, rentismo e desenvolvimento, Nota Técnica - DIEESE, nº 111, junho de 2011. Disponível em: <https://www.dieese.org.br>.

<sup>2</sup> Dotação atualizada, conforme o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Poder Executivo Federal, extraído de [http://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon\\_internet/consultaDeclaracoes.do?acao=imprimir&numeroDeclaracao=367198](http://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/consultaDeclaracoes.do?acao=imprimir&numeroDeclaracao=367198). Se, além do Governo Federal, forem consideradas as despesas com juros de governos estaduais e municipais, o valor despendido em 2011 alcança a cifra de R\$ 237,7 bilhões, conforme nota à imprensa do Banco Central do Brasil, extraída de <http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPrensa>.

<sup>3</sup> A taxa de 6,17% a.a. corresponde a 0,5% ao mês, acumulados em 12 meses.



# Projeto pede a extinção do Fator Previdenciário

O Fator Previdenciário parece estar perto do fim. O Projeto de Lei 3.299/08, do senador Paulo Paim, está na pauta de discussão na Câmara de Negociação de Desenvolvimento Econômico e Social da Câmara dos Deputados.

O fator previdenciário foi criado em 1999, durante o governo FHC. Ele é calculado através de uma equação que determina o valor da aposentadoria do beneficiado, tendo como base a idade, o tempo de contribuição e a expectativa de vida.

## REDUÇÃO DO BENEFÍCIO

Por exemplo, para um homem que se aposenta com 60 anos, com 35 anos de contribuição o fator é 0,867, ou seja, vai se aposentar com 86,7% do benefício, perdendo 13,3% do que teria direito antes. Pela tabela do fator, esse trabalhador que receba, por exemplo, R\$ 1.000 por mês, se aposentará com R\$ 867.

Já outro trabalhador, que se aposente aos 50 anos com o mesmo tempo de contribuição, o fator será 0,598.

Se ele também receber R\$ 1.000, sua aposentadoria será R\$ 598,00.

“O fator é tão perverso que a punição é maior ainda para os que trabalham mais cedo, ou seja, os mais necessitados”, critica o diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro Flavio Ramos

A pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Maria Paula Gomes dos Santos concorda com Flavio.

“O principal efeito é vincular o benefício com que o cara vai se aposentar não só ao número de contribuições, mas à idade, ou seja, quanto mais cedo se aposenta, em termos de idade, ele tem um redutor no benefício”, afirma ela, em entrevista ao jornal do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR).

Nesta mesma entrevista, Maria Paula Gomes explicou que o fator foi criado justamente para postergar a aposentadoria, mas que trouxe mais problemas do que soluções.

“O sujeito pode se aposentar e continuar trabalhando, podendo

acumular aposentadoria com trabalho ativo”, conta ela. “O problema maior acontecerá quando ele não puder mais trabalhar, o que acarretará em uma redução significativa do benefício.”

Além disso, Flavio diz que até agora não acredita como o fator foi votado e aprovado na época, em 1999. “Ninguém ficou sabendo, ninguém comenta nada. O que houve com todos os partidos dos trabalhadores que não interferiram?”

## UMA NOVA SOLUÇÃO

Especialistas acreditam que, com o fim do fator, a tabela 85/95 deverá ser aprovada pelo Congresso. Para se aposentar, ainda será preciso ter o tempo mínimo de contribuição de 30 anos (mulher) e 35 anos (homem), como é hoje.

Quem se aposentar com a idade e o tempo de contribuição estabelecido pela lei, não terá perdas na aposentadoria. Ou seja, por ela, um homem de 60 anos e com 35 anos de contribuição teria 100% do benefício.

## Para homens

Um homem que tenha 60 anos de idade e 35 de contribuição e com média salarial de R\$ 1.000,00

$$60 + 35 = 95$$

idade tempo de soma  
contribuição

Valor da aposentadoria:

**R\$ 874,00**



A cidade é maravilhosa e a temporada é de bons negócios.

WWW.RIOINFRA.COM.BR

# RIO|infraestrutura

3ª Feira Internacional de Máquinas, Produtos e Serviços para Obras de Infraestrutura

7-9 | Novembro 2012 | 14h às 21h

RIOCENTRO | RJ

A **Rio Infraestrutura** se consolida como um importante canal de negócios ao reunir grandes profissionais do setor e apresentar a vitrine mais completa de máquinas e equipamentos pesados. Um grande evento que conta com a presença de fornecedores, locadoras, empreiteiras e construtoras e oferece o espaço ideal para realizar ótimos negócios com os maiores empreendedores do mercado de infraestrutura do país.



Construção e Engenharia



Veículos, Máquinas e Equipamentos



Transportes e Logística



Pavimentação e Manutenção de Infraestrutura



Ferramentas e Acessórios

**GARANTA SEU ESPAÇO E REALIZE BONS NEGÓCIOS!**

São Paulo: 11 3060-4901 | Rio de Janeiro: 21 3035-3183  
E-mail: [info@rioinfra.com.br](mailto:info@rioinfra.com.br)

Organização e Promoção

Reed Exhibitions  
Alcantara Machado

Fagga | exhibitions

Apoio

ANICER



## Emater:

■ Os trabalhadores da Emater-Rio estão mobilizados na luta pelo Plano de Carreiras e Salários (PCS). De acordo com presidente da Associação de Funcionários da Emater-Rio (Aferj), Hélio Martins dos Santos, essa é uma das principais reivindicações “Há dois anos que ele vem sendo prometido e é só promessa”, diz Hélio. Os funcionários afirmam que continuam trabalhando e realizando as pesquisas, mas que não estão repassando essas informações para o governo do Estado.

## Ampla

■ Realizada no dia 16 de agosto Assembleia Geral dos trabalhadores da Ampla, às 18h, na sede da Associação dos Trabalhadores e Aposentados da Ampla (ATAERJ), situado na Rua Visconde de Itaboraí, nº 60, Niterói. Dentre os assuntos está a pauta de reivindicações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2012/2013

## Pauta CPRM

■ Não houve acordo entre os trabalhadores e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Durante a última rodada de negociação, que aconteceu no dia 10 de agosto, a empresa apresentou uma proposta de reajuste de 4,91%, abaixo do reivindicado pelos trabalhadores, que pedem 16%.

## Furnas

■ Os trabalhadores concursados de Furnas no Rio de Janeiro aprovaram o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) específico da empresa. A pauta é mesma do ano passado, corrigida pelos índices de inflação.

## CET-RIO

■ Em assembleia realizada nesta quarta-feira (29), os engenheiros da CET-Rio aprovaram a proposta enviada pela empresa. No entanto, a cláusula 74, relativa ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) foi modificada.

# Senge realiza palestra no ONS

O diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) Gunter de Moura Angelkorte participou de uma palestra na sede do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), no dia 24 de julho. Os engenheiros são a maioria dos trabalhadores da ONS.

O diretor explicou que a palestra é uma tentativa do Senge-RJ de se aproximar dos engenheiros da ONS, mostrando a importância dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), mas também das políticas públicas. “As políticas públicas podem mudar o mundo do trabalho”, defende Gunter.

# Fechado acordo da Light

Depois de um longo processo de negociações, foi fechado o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2012/1013 da Light. No último dia 21 de junho, os sindicatos, entre eles o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), aceitaram a contraproposta da empresa que contempla vários pontos da pauta de reivindicações.

Entre eles, a reposição salarial. Inicialmente, a empresa havia oferecido apenas 2% para quem ganha

até R\$ 5.000,00. Ao final das negociações, o valor ficou em 6%. A última assembleia foi realizada no dia 21, no auditório do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro (Sintergia).

O processo de negociação começou no dia 26 de março. Nesse período, os sindicatos, insatisfeitos com as propostas da Light, promoveram assembleias e lutaram por melhores condições no ACT 2012/2013.

# Cedae aprova ACT

Após 90 dias de negociação, foi aprovado o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2012/2013 da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae). Ao todo, foram realizadas 13 reuniões com a empresa. Durante o processo, também houve 24h de paralisação em protesto contra a proposta reduzida que a Cedae apresentou.

Um dos principais problemas do ACT 2012/2013 estava relacionado ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS). Originalmente, a empresa não havia oferecido nenhuma proposta, mas, no acordo aprovado, a empresa acabou a proposta das entidades.

Outra grande mudança em relação à proposta original aconteceu no artigo referente à garantia de emprego. Inicialmente, a empresa propôs 90% de garantia de emprego e 800 demissões. No ACT aprovado, 99% dos empregos ficam garantidos e não há nenhuma demissão.

A luta foi considerada histórica pela categoria. O site do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região (Sintsama) parabenizou todos os trabalhadores e defendeu que a força da categoria foi comprovada.



# Engenheiros exigem respeito ao SMP



Agamenon Oliveira, Gunter Angelkorte e Virginia Brandão, do Senge, e Fernando Jogaib, Fisenge

O ato em defesa do Salário Mínimo Profissional do engenheiro (SMP), realizado na manhã do dia 10 de agosto, em frente à sede da Eletrobras, reuniu mais de 100 profissionais da área, que estão insatisfeitos com a atual situação na empresa.

A ação aconteceu instantes antes da reunião que estava prevista para começar às 10h30 com a presença do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), a Federação Interestadual dos Sindicatos dos Engenheiros (Fisenge) e com representantes da Eletrobras.

O diretor do Senge-RJ Gunter Angelkorte começou com a palavra e falou sobre a importância da união da classe para mostrar que existe um grupo significativo insatisfeito com a falta de respeito. “Não basta ter argumentos jurídicos, tem de ter o trabalhador mostrando sua indignação com essa situação”, afirma. O engenheiro ressalta ainda que essa luta é por uma remuneração justa.

## IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO

Ele também explicou que há mais de um ano e meio eles solicitam junto a Eletrobras uma reunião para discutir, de acordo com os parâmetros jurídicos, o SMP, mas não obtiveram retorno. Gun-

ter lembra que, durante 30 anos, a empresa respeitou o Salário Mínimo Profissional e que só parou de cumprir a lei após a mudança de direção.

O diretor fala sobre a importância de se filiar ao sindicato, para mostrar o número de pessoas que estão descontentes com a atual situação do engenheiro. “Se não houver mobilização, será difícil recuperar esse respeito da empresa”, afirma. Ele diz também que a luta não é só pelo Salário Mínimo Profissional. “Mais a frente será cobrado respeito ao Plano de Cargos e Salários (PCS), que precisará do apoio de toda a categoria”, exalta.

## DENTRO DA EMPRESA

Sobre a reunião realizada entre o sindicato e a empresa, Gunter informou que a empresa ficou de avaliar as reivindicações do sindicato sobre o SMP. Uma nova reunião deverá ser marcada.

A Eletrobras vinha há décadas respeitando a lei 4950-A/66, que regulamenta o Salário Mínimo Profissional dos engenheiros. Entretanto, desde 2010, quando assumiu o atual diretor administrativo da Eletrobras, Miguel Colassuono, a empresa parou de reajustar o salário. Só na Eletrobras e na Eletronuclear mais de 200 engenheiros ganham abaixo do piso.

# Uma nova aposentadoria

É comum encontrar engenheiros que já se aposentaram, mas ainda permanecem trabalhando. Na maioria das vezes, o trabalhador está tentando compensar o baixo salário que ele receberia somente como aposentado. Porém, agora existe uma alternativa para esses casos: a “desaposentação”.

Leonardo Branco de Oliveira, advogado do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), explica que, nesse processo, a aposentadoria do trabalhador tende a aumentar.

“O Fator Previdenciário para ele (trabalhador) fica excelente, porque ele vai ter mais idade e mais tempo de contribuição. Então, normalmente, a gente consegue o teto para esse aposentado. Ele, que recebe hoje R\$1.800, vai para R\$ 3.912, que é o teto hoje do INSS”, explica Leonardo.

Segundo o advogado, o fim do vínculo empregatício e a nova aposentadoria acontecem ao mesmo tempo. “Na verdade, você cancela um ato administrativo que surtiu seus efeitos, um ato jurídico perfeito. E, naquele mesmo momento em que cancela, você consegue um novo ato administrativo de aposentadoria”, explica.

Além disso, Leonardo também ressalta que esse processo

só pode ser realizado uma única vez.

“Porque se não, gera uma instabilidade jurídica para o próprio INSS”, diz ele.

A “desaposentação” surgiu e uma tese do professor Fábio Zambitte, que faz uma nova interpretação do artigo 201 da Constituição Federal. Segundo esse artigo, todo trabalhador é obrigado a contribuir para a previdência para que, depois de um certo tempo, esse trabalhador possa usufruir dessa contribuição através da aposentadoria. Ou seja, o aposentado que continua trabalhando, continua contribuindo, mas não teria perspectivas de receber essa contribuição, porque já está aposentando.

“Senão gera o enriquecimento ilícito: o INSS arrecada, mas não dá nada em troca”, diz Leonardo.

O advogado também critica as pessoas que afirmam que um aposentado não deveria mais trabalhar. Segundo ele, na maioria dos casos, a renovação do vínculo empregatício é feita pelo trabalhador por necessidade.

“Muitas vezes, ele trabalha numa empresa privada ganhando R\$ 8.000 quando se aposenta ganha R\$2.000, então ele tem de continuar trabalhando para sobreviver. Muitas vezes ele não quer, ele necessita”, defende Leonardo.

## art GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato ([www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.



# Lançamento do livro Do fogo à luz

O livro relata as memórias do engenheiro chileno Pedro Hidalgo como preso político da ditadura de Pinochet

**S**erá lançado dia 26 de setembro, quarta-feira, na sede da OAB-RJ, e distribuído gratuitamente, o livro “Do fogo à luz”, de autoria do engenheiro agrônomo Pedro Hidalgo, Ex-ministro da Agricultura responsável pela Reforma Agrária no governo Salvador Allende e também ex-preso político na ditadura chilena de Augusto Pinochet.

Editado pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), com prefácio de Plínio de Arruda Sampaio, o texto inédito relata as memórias de Hidalgo como preso político em Santiago sob o domínio do ditador que liderou, durante 17 anos, um governo sangrento que deixou milhares de vítimas de prisão, tortura, morte e desaparecimento.

Pedro Hidalgo traz, em um texto contundente, um registro denso de graves violações de direitos humanos

durante regime do general Augusto Pinochet e a luta de sua família para resgatá-lo das mãos da repressão política. O relato é de grande contribuição para o momento que vivemos no

Brasil e é um estímulo para a consolidação da Comissão da Verdade, que se propõe a lançar luzes sobre nosso passado.

O conteúdo do livro deve ser motivo de reflexão e de exame para o resgate do conturbado processo que vive a América Latina na luta pela democratização do continente. Não podemos mudar o passado, mas o conhecimento histórico da América, como um todo e em suas particularidades durante este período sangrento, nos permitirá fazer escolhas futuras que assegurem as conquistas de Estados soberanos e a negação de toda e qualquer forma de relação totalitária de convivência.

O lugar escolhido pelo Senge-RJ para lançar “Do Fogo à Luz” não foi aleatório. A Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ) se destaca por suas contribuições históricas em defesa da democracia, por sua incansável vigília pela liberdade de expressão e pela defesa dos direitos humanos.

A OAB-RJ esteve ao lado do povo brasileiro na luta pelo fim da ditadura militar e pela anistia; criou e colocou no ar a campanha pela Memória e pela Verdade; criou a sua própria Comissão da Verdade, para ajudar a Nacional, procurando investigar os crimes de tortura, desaparecimento e prisões ilegais com apoio do Judiciário; deflagrou a campanha pelo tombamento dos principais locais usados no Rio de Janeiro para a tortura de presos na ditadura pós 1964,



com sua posterior transformação em centros de cultura, debates e resgate da memória histórica.

## Formandos da primeira turma em Resende

**A** Delegacia Sindical em Resende está em festa. Os 14 alunos do curso de AutoCAD 2D se formaram neste sábado (18).

A cerimônia de entrega dos certificados contou com a presença dos diretores Hermínio Caldeira, Marco Antonio Barbosa e Fábio Ñoronha e do professor do curso, Renato Donato Viana.

“Aqui é o início de um trabalho que queremos realizar cada vez mais. Queremos fortalecer a relação entre os profissionais e o sindicato”,

declarou Marco Antonio.

Ainda estão previstos para esse ano, na Delegacia Sindical em Resende, os cursos de “Orçamento, cálculo e BDI” e “Engenharia Legal, Avaliações e Perícias Judiciais”. Além disso, está sendo programada uma nova turma de AutoCAD 2D, também em Resende.

A Delegacia Sindical do Senge-RJ em Resende fica na rua Vila Adelaide, 211, Jardim Brasília, Resende. Mais informações pelo telefone (24) 2109-1672 ou pelo e-mail leandrosengerj@gmail.com.



Alunos formados na primeira turma do curso de AutoCAD em Resende



**Senge-RJ**

SINDICATO DOS ENGENHEIROS  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 20040-009  
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733  
Endereço: www.sengerj.org.br  
Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br  
imprensa@sengerj.org.br

Impresso  
Especial

9912181248/2007/DR/RJ  
SENGE/RJ

---CORREIOS---

